

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 085

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer e Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE JUNHO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Cleiton Kielse.

Às dezoito horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, , Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, e Waldyr Pugliesi (44). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Neivo Beraldin, Custódio da Silva, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Miltinho Pupio, Nelson Tureck e Tony Garcia (10).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1963

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque e preferência para discussão e votação da Proposição de nº 027/2001, item 04, de Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1964

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação em bloco das Proposições de Veto 013/2001, 014/2001, 019/2001, itens 01 a 03, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 18.06.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 44 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente, solicitando destaque e preferência para discussão e votação da Proposição nº 027/2001, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de Veto 013/2001, 014/2001 e 019/2001, itens 01 a 03, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

O SR. SÉRGIO SPADA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, vou votar a favor do requerimento do deputado Ademar Traiano para votarmos os projetos em discussão, em votação em bloco. E quero fazer aqui um registro: um dos projetos, o de nº 184/2000, é de minha autoria; foi discutido amplamente aqui nesta Casa, passou por todas as Comissões, pelo plenário, foi ao Governo, o departamento encarregado para cuidar dessa questão do patrimônio do Estado, e me deram parecer favorável. O governador vetou o Projeto, mas sem nenhum tipo de justificativa plausível. Aliás, essa Comissão, esse setor do governo que está tratando dessa questão de doações, de incorporações de imóveis

do Estado, está fazendo um péssimo trabalho ou nenhum tipo de trabalho; tem um modelinho padrão, lá, para negar a doação, a permuta de qualquer imóvel para qualquer entidade, e simplesmente o governador está vetando todos os projetos.

Esse imóvel, especificamente, já está sendo utilizado por uma entidade de surdos-mudos de Foz do Iguaçu, está cumprindo um papel muito importante; seria apenas a legalização da transferência dessa área para a entidade, chamada APASFI. Ela tem, inclusive, dinheiro em caixa para ampliar a sua construção. Só não o faz porque o terreno não está em seu nome.

Então vamos achar outra forma de resolver esse problema, já que, de forma inevitável, veremos esse veto sendo mantido, não sendo derrubado, nos rendendo a essa realidade, mas lavrando aqui o nosso protesto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em discussão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse: o requerimento é para votar em bloco? Quais itens da pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Itens 01, 02, e 03, porque o item 04 votamos em destaque e já foi aprovado pelo plenário.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento. os deputados aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, acima aprovado, vamos votar, em primeiro lugar, o item nº 04.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/2001, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação de trânsito no currículo das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 019/2001.

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 138/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade

do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 240/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo incluir a disciplina Educação de Trânsito no currículo das Escolas Públicas de Ensino Fundamental, neste Estado.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de o mesmo ter sido considerado contrário aos elevados interesses públicos, em particular aos do ensino, conforme o anexo pronunciamento da Secretaria de Educação, por mim endossado como razões fundamentais do presente veto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

OF.GS/SEED Nº 014/2001

Curitiba, 10 de janeiro de 2001.

Referência: Projeto de Lei nº 240/99.

Senhor Secretário:

Sobre o Projeto de Lei nº 240/99, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e já aprovado, que compõe a inclusão no currículo escolar nos estabelecimento de ensino do Estado, da disciplina de “Educação de Trânsito”, cabe-nos a seguinte informação:

“Artigo 27 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.”

“Artigo 32 - O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I -...;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

A Secretária de Estado da Educação vem orientando os profissionais da educação sobre a reestruturação curricular e o papel dos “Temas Transversais”, sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como a forma de abordagem das várias questões que deles fazem parte.

Necessário se faz também lembrar que os “Parâmetros Curriculares Nacionais”, do Ensino Fundamental, quando se referem aos “Temas Transversais”, conforme páginas 65, 66, 67 e 68, orientam:

“...

Os temas Transversais não se constituem em novas áreas, mas num conjunto de temas que aprecem transver-

salizados, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade.

Os temas que compõem os Parâmetros Curriculares Nacional são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo, por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo mundial.

Essa abrangência não significa que os temas transversais devam ser tratados igualmente em todos os lugares. Ao contrário, podem exigir adaptações para que correspondam às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola. As questões ambientais, por exemplo ganham característica diferentes nos campos de seringais, no interior da Amazônia, e na periferia de uma grande cidade.

Além das adaptações dos temas apresentados, é importante que sejam desenvolvidos temas locais. Por exemplo: muitas cidades têm elevadíssimos índices de acidentes com vítimas no trânsito, o que faz com que suas escolas necessitem incorporar a educação para o trânsito em seu currículo. Outros temas relativos por exemplo, à paz ou o uso de drogas, podem se constituir em subtemas dos temas gerais; outras vezes, no entanto, podem exigir um tratamento específico e intenso, dependendo da realidade de cada contexto social, político, econômico e cultural.”

Pelo exposto, sugerimos seja o projeto de lei retrocitado, vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador.

Atenciosamente.

(a) ALCIONE SALIBA

Secretária de Estado da Educação

(O Projeto de Lei nº 240/99 foi publicado em redação final, no DA nº 100/2000, de 10.08.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 27/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, estabelece a obrigatoriedade da inclusão da disciplina da Educação de Trânsito no currículo das Escolas Públicas e Privadas de 1º Grau, do Estado do Paraná.

O projeto fere as leis de Diretrizes e Bases da Educação, que ao estabelecer “Parâmetros Curriculares” do Ensino Fundamental refere-se Temas Transversais, assim entendidos não como uma nova disciplina específica,

mas, sim, um conjunto de temas atuais vivenciados pela sociedade que permeiam diferentes áreas.

Por isso este projeto e outros que tramitam nesta Casa batem de frente com diretrizes e bases da educação nacional e, por força do artigo 22, inciso XXIX da Constituição Federal, estabelecê-las é competência privativa da União.

Justificado pois o veto do senhor governador do Estado.

Por tal razão, meu parecer é favorável à manutenção do veto.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero agradecer a compreensão do nosso líder, Ademar Traiano, e também à bancada Governista, e à bancada de Oposição, para que esse veto seja derrubado.

Tivemos uma conversa demorada com a secretária Alcyone Saliba, e ela nos dizia que, nos temas transversais, essa matéria realmente não se caracteriza, por que é uma matéria de profundo interesse social. Nós temos pesquisas, senhor presidente, de acidentes de trânsito ocorridos em Curitiba no ano passado, onde 40% das vítimas são crianças que desconhecem sinais de trânsito, desconhecem o procedimento de andar nas ruas, e são as primeiras vítimas dos acidentes de trânsito. No Paraná, nós temos mais de dois milhões e duzentos mil veículos rodando.

É necessário, senhor presidente, que nós deputados, que cuidamos do ordenamento jurídico do nosso Estado, que acompanhamos os avanços da sociedade, estejamos alertas para a evolução jurídica, colocando parâmetros e abrindo espaços para que a nossa sociedade receba as informações de forma que possa se beneficiar e se proteger dos avanços dos progressos, no caso de veículos, que é um avanço de um lado, mas por outro, coloca em perigo a vida dos cidadãos.

Então, de nada adianta só projetos, só programas. Nós temos é que, através da educação modificarmos o comportamento das pessoas, e seara melhor não há, do que a criança que vai para o banco escolar e recebe ensinamentos e orientações de como deve proceder e se proteger no dia-a-dia, circulando nas ruas e avenidas.

Agradeço, senhor presidente a toda a Bancada de Governo e Oposição, para que derrubemos este veto e posamos amanhã, pelo currículo escolar do Ensino Fundamental, esta importante matéria que vai educar, elucidar e ensinar as nossas crianças, os nossos jovens de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Antes de o senhor 1º Secretário realizar a chamada dos deputados, queremos registrar a presença do vice-prefeito de Diamante do Sul, Miro Pinheiro.

Convido o senhor 1º Secretário, deputado Valdir Rossoni, para que faça a chamada dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido os senhores deputados Edno Guimarães, Eli Ghellere e Renato Gaúcho, para a contagem dos votos.

Quarenta e quatro (44) senhores deputados depositaram votos.

01, branco - 02, nulos - 19 não e 22 sim.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Convido o senhor secretário para que proceda à chamada dos deputados, para que possamos votar os itens nº 01, 02 e 03, conforme requerimento de autoria do deputado Ademar Traiano, acima aprovado.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº -13/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 205/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo, a criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar, se-diado na cidade de Maringá. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 025/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 224/2000, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 205/2000, por julgá-lo inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso III *in-fine*, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 205/2000, foi publicado em redação final, no DA. nº 147/2000, de 30.10.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO À PROPOSIÇÃO Nº 13/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 205/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar, sediado na cidade de Maringá.

O projeto foi vetado pelo governador, tendo em vista que a matéria versada é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, conforme o artigo 66, inciso III da Constituição Estadual, que assim dispõe:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

omissis

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar”.

Pelo exposto, o veto não apresenta óbices de natureza constitucional ou legal, e recebido no prazo regulamentar, razão pela qual opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 014/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 198/2000, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a criar e a instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná, em Sarandi. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 026/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 227/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 198/2000, por julgá-lo inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso III *in fine*, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 198/2000, foi publicado em redação final, no DA nº 150/2000, de 31.10.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 014/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 198/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar e instalar uma Companhia de Polícia Militar do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 184/2000, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel à Associação de Pais e Amigos dos surdos de Foz do Iguaçu - Apasfi, onde funciona a escola para surdos da referida entidade no município de Foz do Iguaçu e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÃO DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 058/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 198/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 184/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu e o veto deve-se ao interesse público de que o referido imóvel permaneça de propriedade do estado, embora atualmente esteja cedido para uso da entidade interessada na doação em causa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 184/2000, foi publicado em redação final, no DA nº 131/2000, de 03.10.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 19/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 184/2000, de autoria do deputado Sérgio Spada, que visa doar imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - Apasfi, onde funciona a escola para surdos da referida entidade no município de Foz do Iguaçu e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convidamos os deputados Duílio Genari, Cezar Silvestri, Tiago Amorim, para fazerem a contagem dos votos.

Trinta e nove senhores deputados depositaram o voto.

Não - 19, sim - 20.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor deputado Ângelo Vanhoni, mais a presença dos seguinte senhores deputados: Duílio Genari, Algaci Tulio e José Maria Ferreira. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 425/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Relator deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 239/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do deputado Tony Garcia. Relator deputado Algaci Tulio. Parecer no

sentido de transformar em diligência junto à Secretaria de Estado da Fazenda, à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 216/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Relator deputado José Maria Ferreira. Parecer no sentido de transformar em diligência junto à Secretaria de educação. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 277/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Relator deputado Algaci Tulio. Parecer no sentido de transformar em diligência junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria da Administração, para que os referidos órgãos opinem sobre a matéria. APROVADO. Na sequência o senhor presidente propõe a convocação à Excelentíssima senhora Alcyone Saliba, Secretária do Estado da Educação, para uma reunião no dia 03 de abril do corrente, nesta Comissão, para prestar esclarecimentos quanto à Pasta. Uma vez havendo um requerimento de plenário convocando a senhora secretária, decidiu-se enviar um convite por esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e um, no Plenário da Assembléia, às 10h, foi realizada reunião Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência pelo Senhor deputado Ângelo Vanhoni e contando com as presenças na mesa dos senhores deputados Cleiton Kielse Crisóstomo e Tony Garcia e dos senhores deputados membros da Comissão, José Maria Ferreira, Chico Noroeste, Duílio Genari e Algaci Tulio, mais a presença dos senhores deputados Orlando Pessuti, Ademir Traiano, Edson Strapasson, Neivo Beraldin, Ribas Carli, e Irineu Colombo, que não fazem parte da Comissão, mas estão contribuindo e muito nos honrando com suas presenças, nos trabalhos desta reunião. Contando também com a presença da Secretária de Estado de Educação, senhora Alcyone Saliba, do Professor Romeu Miranda, Presidente da APP Sindicato e da Professora Sandra Marcia Duarte, Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário. O senhor presidente deu início à sessão passando a palavra ao senhor presidente desta Casa deputado Hermas Brandão. Em seguida, o senhor presidente fez a leitura do requerimento aprovado em Plenário e teceu comentário sobre o objetivo desta reunião. Na sequência, os senhores deputados membros da comissão, os professores Romeu e Sandra fizeram

suas indagações e questionamentos que foram respondidos pela senhora Secretária, conforme notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Algaci Tulio e Chico Noroeste. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 382/2000, de autoria do deputado Irineu Colombo. Relator deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 45/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere. Relator deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL com emenda da CCJ - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor deputado Ângelo Vanhoni. Havendo número legal, o presidente deu início ao trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 402/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Orlando Pessuti, Hermes da Fonseca, José Maria Ferreira, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Plauto Miró Guimarães e mais o deputado Edson Strapasson. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 590/99, de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães à emenda de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 186/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 086/99, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 130/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Concedido vistas ao Deputado Orlando Pessuti; 05) Projeto de Lei nº 199/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 265/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Proposição Veto nº 047/2001 de autoria do Poder Executivo VISA VETAR o Projeto de Lei nº 200/2000. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 226/2001 de autoria do deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 147/2001 de autoria do deputado Plauto Miró. REQUER DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Administração - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei nº 141/99 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 185/2001 de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. CONCEDIDOS VISTAS do Deputado José Maria Ferreira; 12) Projeto de Lei nº 207/2001 de autoria do deputado Renato Gaúcho. O senhor deputado Antonio Carlos Belinati, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP - DEFERIDO; 13) Projeto de Lei nº 110/2001 de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 142/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL

do Deputado José Maria Ferreira na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 406/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 133/2001 de autoria do deputado Sérgio Spada. CONCEDIDO VISTAS aos deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti; 17) Projeto de Lei nº 173/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS aos deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti; 18) Projeto de Lei nº 191/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados José Maria e Orlando Pessuti; 19) Projeto de Lei nº 100/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS aos deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti; 20) Projeto de Lei nº 155/2001 de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca na forma da emenda anexa - APROVADO; Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Custódio da Silva apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 151/2000, 151/2001, 148/2001, 26/201, 03/2001 e 76/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza SotoMaior Maruska Sotto Maior, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior,

passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Fernandes Litro apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 390/99 e 635/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Luiz Fernandes Litro apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 171/2000, 378/2000, 258/2000, 139/2001, 150/2001, 096/2001 e 119/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Resolução nº 016/2001 e o Projeto de Lei nº 102/2001, e o deputado Custódio da Silva apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 338/2000, 267/2000, 53/2001, 396/2000 e 006/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretário da

comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 70/2001, 013/2000 e 179/2000 e o deputado Luiz Fernandes Litro apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 97/2001, 106/2000, 281/2000, 22/2001, 10/2001, 183/2000, 207/99, 425/2000 e 181/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 643/99 e os Projetos de Resolução nº 19/2001, 013/2000 e 179/2000 e o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nº 162/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária